

Sumário

Nota de Leitura	13
Apresentação – Ingo Wolfgang Sarlet	15
Introdução	19
Parte I – Garantia de meios materiais de existência: breve histórico	23
1. Preocupação social no pensamento moderno	23
1.1. Período pré-liberal: as utopias renascentistas	23
1.2. Socialismo	27
1.3. Doutrina Social da Igreja	34
2. Assistência pública e direito à existência digna	41
2.1. A assistência aos necessitados no período pré-liberal	41
2.2. A assistência pública no Estado liberal	45
2.3. O direito a uma existência digna no Estado social de Direito	49
3. O Direito ao mínimo para uma existência digna em Constituições analíticas quanto a direitos sociais: o caso das Constituições portuguesa de 1976 e brasileira de 1988	58
3.1. Razões para a escolha dos sistemas constitucionais português e brasileiro	58
3.2. Identidades entre os sistemas de direitos fundamentais	62
3.2.1. Dignidade da pessoa humana como alicerce	62
3.2.2. Estado de Direito democrático e social	71
3.2.3. Consagração expressa de amplo rol de direitos sociais a prestações	76
3.3. Distinções relativas aos sistemas de direitos fundamentais	79
3.3.1. Técnicas de constitucionalização	79
3.3.2. Exercício de função legislativa e direitos sociais	87
3.4. Consagração constitucional do direito ao mínimo para uma existência digna	91
Parte II – Construção dogmática do direito ao mínimo para uma existência digna	99
1. Fundamentos do direito	99
1.1. A dignidade da pessoa humana	99
1.2. A igualdade material	103
1.3. A solidariedade social	107



1.4. Fundamentos do direito e sua existência em Constituições analíticas quanto a direitos sociais	113
2. Conteúdo do direito	117
2.1. Existência digna, mínimo e médio para uma existência digna ...	117
2.2. Dimensões de defesa e de prestações	124
3. Eficácia do direito	127
3.1. Vinculação do Estado	127
3.2. Vinculação de particulares	134
3.3. Renúncia, perda e não exercício do direito	137
4. Mínimo para uma existência digna e máxima eficácia dos direitos sociais	144
4.1. Fundamentalidade dos direitos sociais e interposição legislativa	144
4.2. Fundamentalidade dos direitos sociais e condicionamentos para o legislador: dever de legislar, progressividade de realização e proibição de retrocesso arbitrário	159
5. Natureza do direito ao mínimo para uma existência digna	164
5.1. Direito adscrito	164
5.2. Direito híbrido	168
5.3. Direito sobre direitos	172
Conclusões	175
Bibliografia	181

